



DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SETÚBAL
Realizada em 20 de maio de 2022

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

A - VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Rafaela Isabel Graça Nunes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, António Miguel da Costa Ferreira e Maria Paula Soeiro Cândido.

CHEGA – Nuno Miguel da Costa Gabriel e Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques, Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz em substituição do Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado em substituição da Sra. Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins, conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivados em pasta anexa à presente ata.

R
[Handwritten signature]

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida da Silva Luz, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 5, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Ilídio Fernandes Ferreira e Mário Gabriel Costa Pires Aranha, conforme documentos registados sob os n.ºs 6 a 8, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Alexandre Miguel Cardoso Teles, conformes documentos registados sob os n.ºs 9 e 10, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da União das Freguesias de Setúbal, Rui Manuel do Rosário Canas, tendo sido substituído por Maria Luís Alves da Silva Nunes, e a Sra. Presidente da União das Freguesias de Azeitão, Sónia Cristina Pereira Paulo, tendo sido substituída por David Geleia, conforme documentos registados sob os n.ºs 11 e 12, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado a cidadã que se segue na lista, Anita da Conceição Birrento Vilar, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PPD/PSD, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

d) Faltas

Não houve faltas.

B - PERIODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I - a) INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

Luís Maurício (CH) – Esta semana tive várias reuniões, tanto com o Comando da PSP de Setúbal, como com o Comando da GNR, e a questão dos parquímetros para os próprios agentes está-se a tornar um enorme problema.

Queria que o Sr. Presidente e o executivo pensassem, de alguma maneira, em se fazer algum regime de exceção para os Agentes de Segurança poderem estacionar gratuitamente, porque todos os dias irem trabalhar e não terem onde estacionar as suas viaturas é complicado, uma vez que vêm de longe.

Quando falo em regime de exceção é porque são pessoas que trabalham por turnos, nem sempre têm transportes e se o Sr. Presidente e o seu executivo conseguissem arranjar alguma maneira, alguma solução... Sei que para haver uma exceção para eles, também podia-se fazer uma exceção para os lojistas e também para todos, mas falo agora e exclusivamente para os Agentes de Segurança, porque eles trabalham por turnos, não têm sempre os mesmos horários, não têm sempre transportes e está-se a tornar um enorme problema virem trabalhar e arranjam lugares para estacionarem as suas viaturas.

Flávio Lança (IL) – Tenho aqui algumas questões que gostava de colocar ao Sr. Presidente da Câmara.

A primeira tem a ver, e já a coloquei na última assembleia, com o tema dos imóveis. Talvez na última assembleia não tivesse ainda em posse da informação, mas tem a ver com uma questão que enviamos formalmente, através do Presidente da Mesa da Assembleia, e venho lembrar que no dia 8 de maio a Iniciativa Liberal enviou um conjunto de questões, espero que já esteja na sua posse, relativamente aos imóveis que a Câmara Municipal tem na sua propriedade. Gostaríamos de saber quantos são, se estão ocupados ou não estão ocupados, qual o uso que lhes está a ser dado, seja habitação social, usado para associações, comércio, armazéns, garagem, e com que frequência a Câmara Municipal verifica o cumprimento dos critérios que levaram à atribuição de elegibilidade para o uso destes imóveis.

Isto prende-se, porque defendemos a transparência na gestão do erário público, é, portanto, obrigatório quando existem intenções para a construção de novos imóveis por parte do município, nomeadamente habitações sociais, e terem em consideração qual o uso que está a ser dado ao património imobiliário do município que é de todos os setubalenses e azeitonenses.

Esta é a primeira questão Sr. Presidente, mas tenho aqui mais duas que acho que, também, são assuntos de grande relevância.

A próxima tem a ver com o tema dos transportes, sabemos que no dia 1 de junho passaremos para a uma nova concessionária a operar, faltam 12 dias para o início da nova concessão e ainda não existe informação que consideramos de grande relevo, nomeadamente o detalhe sobre os percursos, horários e a frequência dos mesmos, apenas se conhece a paragem inicial e final. Esta informação é de extrema importância, porque existem pessoas com menos mobilidade e com mais idade que na prática antecipadamente precisarão de ajuda para perceber as novas rotas, porque percebemos que há desdobramentos de carreiras e é um tema que para nós é bastante relevante.

Já agora, questiono também, o que é que será feito do terminal da Várzea?

Por último, deixo aqui a última questão que, confesso aqui publicamente, me entristece muito ter de a fazer, mas julgo que como deputado desta assembleia não posso deixar de a fazer e que tem a ver com as notícias da incompatibilidade do novo Encarregado da Proteção de Dados nomeado. Confesso-me claramente indignado e não fico contente como setubalense de, mais uma vez digo, realizar esta questão. Segundo as declarações que li no Setubalense disse que, quando nomeou para este cargo não tinha lido o documento que tinha as regras. Senhor Presidente, isto indigna-me claramente e não posso deixar de questionar se, isto é, prática comum deste executivo, porque me entristece a mim e à maior parte dos setubalenses.



Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Duas questões que julgo terem alguma importância.

Solicitar ao executivo da câmara para que possa interceder junto das Infraestruturas de Portugal para que seja criada uma rotunda na Estrada Nacional 10, no entroncamento do Vale da Rosa e outra frente à Farmácia nas Pontes, as quais serão fundamentais para regular a velocidade do trânsito e para o escoamento do mesmo. Também que a câmara estude com as Infraestruturas de Portugal a forma para se resolver o problema para quem vem do Bairro da Bonita para a entrada na Nacional 10.

Salientar aqui a importância que teve a intervenção da câmara na rede viária em Gâmbia, principalmente na antiga Estrada Nacional, e na Rua da Liberdade, também na Rua 9 de Outubro e na Rua Vale de Judeus, mas solicitar aqui ao executivo para que de seguida se possa fazer as marcações, principalmente na Rua da Liberdade e na antiga Estrada Nacional, uma vez que o piso já está bom e as pessoas, infelizmente, não respeitam as regras de trânsito e passam lá com grande velocidade.

Vítor Rosa (BE) – No passado dia 11 de maio, a Atlantic Ferries anunciou novo aumento tarifário das ligações fluviais entre Setúbal e Troia, justificado pelo aumento dos preços no setor dos combustíveis. Esta segunda subida de tarifário em 2022 significa que uma viagem de catamarã tem agora um custo de 8,40€, mais 30 cêntimos, um pack de 5 viagens custam 37,80€, mais 1,30€, e um pack de 10 viagens custam 61,40€, mais 2,50€. Uma viagem ida e volta de ferrie custa 18,70€, mais 80 cêntimos, mas os preços dos passes, por enquanto, não sofreram alterações.

Dado que, por várias razões, os setubalenses têm cada vez menos acesso às praias do seu concelho, as perguntas que fazemos, em jeito de recomendação, são as seguintes: se o executivo é capaz de propor às Câmaras Municipais de Alcácer do Sal e de Grândola, câmara também de governação CDU, se em conjunto conseguem alterar junto do concessionário algum destes preços, para que não seja esta uma decisão definitiva. Por outro lado, se, também, em conjunto consegue propor à AML a extensão do passe Navegante nas ligações entre Setúbal e Troia?

Maria João Palma (PS) – Gostava a bancada do Partido Socialista saber a posição do executivo relativamente à Quinta do Garim e à área envolvente que chega à Fundação Escola Profissional de Setúbal, ao Arquivo Distrital e à Movauto. Já chamámos a atenção para este assunto no mandato passado e foi transmitido pelo executivo anterior que iriam ser tomadas diligências. Que diligências tomaram? Que diligências ainda se preveem tomar?

Nos anos 90, pelas mãos do Partido Socialista, erradicaram-se as barracas do nosso concelho com a construção de vários bairros, e isto foi há mais de 25 anos, mudámos de século e o flagelo dos bairros de lata, autênticas favelas, podem regressar num autêntico regresso ao passado. Não podemos ignorar este assunto e as suas possíveis consequências.

Rita Sereno (PSD) – Gostava de demonstrar o agrado da bancada do PSD pelo facto do Sr. Presidente ter tido o bom senso de considerar os nossos alertas realizados na Assembleia Municipal de há 10 dias atrás e, também, na última reunião sobre a evidência de conflito de interesses na nomeação do Diretor de Departamento da Administração Geral e Finanças como Encarregado de Proteção de Dados.

Recordamos que existem orientações europeias que esclarecem a implementação destas matérias de forma rigorosa e transparente, tanto que o Sr. Presidente já teve a oportunidade de se inteirar destas orientações e retirar a proposta de nomeação, no entanto, a questão da nomeação continua pendente e recordo que já desde junho de 2021 que o PSD, em Assembleia Municipal, alertou para a nomeação do Encarregado de Proteção de Dados.

Gostaria de saber se já sabe quem vai nomear, uma vez que já se inteirou sobre esta matéria e como sabe é urgente fazê-lo, porque permanece a dúvida Sr. Presidente, isto porque foi o senhor que na reunião de câmara de há dois dias referiu que continua com dúvidas sobre as competências do Encarregado de Proteção de Dados. Senhor Presidente no documento que diz que já leu relativamente às orientações sobre os encarregados de dados vem expressamente referido, nas páginas 13 e 14, as competências e os conhecimentos do Encarregado de Proteção de Dados referindo, inclusive, o nível de especialização, as qualidades profissionais e qual a capacidade para desempenhar essas funções.



Face ao exposto, parecem estar reunidas as condições para realizar a melhor e a mais competente nomeação que cumpra a Lei e o Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Manuel Esteves (PS) – Senhor Presidente quero saudar o Tribunal da Relação de Lisboa que confirmou a decisão, em primeira instância, ao reconhecer o direito de 41 famílias de Azeitão que permanecem nas suas habitações e que pagaram a uma Cooperativa que ficou com o dinheiro delas e que mais tarde faliu. Depois quero, também, falar sobre a situação de quatro buracos que foram feitos por um técnico das Águas do Sado na Rua da Paz e na Rua do Olivalinho e que disseram que tinham encontrado uma fuga de água, a qual nunca apareceu à superfície. Fizeram quatro buracos de todo o tamanho, disseram que duas, três semanas era o tempo que dava para fazer a reparação e já lá vão três meses e continuam lá os buracos em aberto.

Quero, também, e já na outra assembleia tinha falado sobre os pilaretes no cruzamento principal de Vendas de Azeitão que ficavam um bocadinho dentro da estrada, se poderia haver a possibilidade de recuar, pelo menos, ali meio metro, porque como já se pode constatar a calçada no sentido da Rua do Poço já está toda partida e toda levantada.

Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Só corroborar esta ideia deixada aqui pelo meu colega Presidente de Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Luís Custódio, relativamente aquela rotunda em frente à Estrada do Vale da Rosa. É uma rotunda, de facto, muito necessária não só para quem vem da Estrada do Vale da Rosa, mas também para quem sai da Urbanização Vale da Rosa, da Urbanização vulgo do IBIS. Os moradores ali têm alguma dificuldade em virar à esquerda quando saem da urbanização e se tivessem uma rotunda ali bem perto que servisse quem vem da Estrada Vale da Rosa podia, numa situação de excesso de trânsito, virar à direita, apanhar a rotunda e poder voltar para trás. É uma rotunda, de facto, muito necessária, é um troço que diz respeito à gestão das Infraestruturas de Portugal, mas julgo que devemos fazer chegar essa vontade, quer das populações, quer das freguesias, quer, julgo eu também, ser essa opinião do município.

Relativamente a esta questão das barracas, dar aqui uma pequena nota e dizer que, de facto, é um flagelo, as barracas estão essencialmente em terrenos do IHRU, o qual já foi instado variadíssimas vezes a agir. Como sabemos o IHRU tem competências nessa matéria, não se trata de outro instituto qualquer, trata-se de um instituto com responsabilidades na habitação, já o fez noutros terrenos, a informação que temos é que vão agir naqueles terrenos, frente aos edifícios da encosta do parque brevemente e esse brevemente já se arrasta há algum tempo. Mas aguardamos, de facto, que haja uma resolução daquele problema e inicialmente tínhamos algumas barracas em que as pessoas não pernoitavam lá, eram só de apoio às atividades agrícolas que eles desempenhavam ali, entretanto as coisas foram-se desenrolando, porque não houve nenhuma ação, desenrolando, desenrolando e agora temos aquela situação, mas esperamos brevemente uma intervenção do IHRU naqueles que são terrenos da sua propriedade.

Paula Soeiro (PSD) – Este ano, os eventos Marchas Populares e Feira de Sant’Iago estão projetados para modelos semelhantes aos anteriores ao período pandémico. Considerando que o uso da Praça de Touros Carlos Relvas era parte integrante das duas programações e que o equipamento que está na posse municipal, num processo que se iniciou em 2017 com um custo de 1.2 milhões de euros e que o projeto de requalificação e adaptação para espaços multiusos já foi anunciado em 2017, 2020, 2021 e que recentemente, em fevereiro de 2022, o Sr. Presidente da Câmara, em resposta aos vereadores do PSD, disse que o Gabinete de Arquitetura está a trabalhar num projeto que tem um caminho e opções a ponderar. Nesse sentido pergunta-se, a Praça de Touro Carlos Relvas será integrada no evento Marchas Populares? A programação da Feira de Sant’Iago incluirá as duas corridas de touros? E sabendo das competências de planeamento e programação dos técnicos do Gabinete de Arquitetura da Câmara Municipal, quando é que o projeto de requalificação e adaptação para espaços multiusos será do conhecimento dos setubalenses?



António Caracol (PS) – Duas questões, dois temas que muito rapidamente vou colocar.

Estacionamento, depois da trapalhada que foi o concurso e esta adjudicação por 40 anos, arranjou agora uma solução que, segundo o Sr. Presidente, para fazer face às necessidades na Várzea. Esse estacionamento que já existia, acha que irá dar resposta às necessidades na zona da baixa, na zona ribeirinha, nomeadamente aos polícias, aos pescadores (já vi que já resolveu), mas ainda existem um conjunto de outras profissões que necessitam de estacionamento, a Segurança Social, a APSS, a Polícia Marítima, o Tribunal, funcionários da Baixa de Setúbal que têm essa necessidade, se já pensou, se vai apenas reagir face a estas questões e com respostas que não são adequadas.

Dizer, ainda, que constato, desde que os parquímetros já foram implementados, a sua taxa de ocupação é muito, muito reduzida. Percebe-se, pelo menos eu percebo quando lá passo e vejo, que essas ruas, a zona ribeirinha, a zona do Naval, a Ocidental do Mercado estão praticamente desertas. Depois vemos aumentar exponencialmente o estacionamento irregular em passeios e por aí fora e com todos os constrangimentos que isso implica.

Perguntar relativamente a este tema, qual será a próxima zona a levar os tais parquímetros que estão previstos, qual é a tal *time line*, até que todos os que estão previstos sejam implementados para que as pessoas possam contar com isso. Neste momento, percebemos que a solução dos pescadores, que eu saúdo e toda a bancada do PS saúda, obviamente, ainda não é numa zona que já levou parquímetros, mas que irá resolver apenas dos pescadores, falta para as outras profissões que também necessitam.

Outro tema, Sr. Presidente, gostaria de um comentário seu à notícia do Expresso de há cinco horas atrás, sobre a questão de uma possível e eventual coima, multa de 10 milhões de euros.

Sobre um outro tema atrás, que não era o Sr. Presidente, era a sua ex-camarada de vereação, que alertei por causa da multa, e que também aconteceu em Lisboa, e que depois voltou a haver aqui e agora temos a questão desta multa de 10 milhões de euros. O que me veio rapidamente à memória, dada a última reunião em que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal disse que na obra estruturante e importante que se vai fazer ali no nó da Mitrena até às fábricas e que custa 3 milhões (julgo que eram estes os números se não me falha a memória) e que não se podiam gastar 3,5 milhões, mais meio milhão de euros para se fazer a ciclovía, porque não havia esse dinheiro, então agora terão que haver, se calhar, 10 milhões de euros. Quantas obras, quantos projetos, quantas situações importantes ficarão depois na gaveta dada esta situação de se ter que pagar estes 10 milhões de euros ou seja lá o que for.

Rui Lamim (PSD) – Quero inquirir a Mesa, Sr. Presidente parece-me que esta reunião não está a ser transmitida como deveria ser no espaço do youtube do município. Queira verificar se existe algum problema técnico.

Presidente da Mesa – A informação que é dada é que, de facto, existe um problema técnico, estive no ar 5 minutos, depois houve um problema de internet e caiu a transmissão e estão a tentar resolver.

Maria João Palma (PS) – Na minha intervenção sobre este assunto, foi há precisamente 3 anos atrás, consta da Ata de 20/04/2019, a resposta que me foi dada pela ex-Presidente foi exatamente aquela que me foi dada neste momento pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia Nuno Costa.

Exprimimos a nossa preocupação aqui em sede de Assembleia Municipal e pretendemos com a nossa intervenção que fiquem acauteladas as consequências para esta propagação de barracas e relembramos que a Câmara Municipal tem a ação fiscalizadora.

Então que deixemos propagar. Tudo bem. Então a câmara não faz nada...

Presidente da Mesa – Senhores deputados atenção ao diálogo e ao burburinho permanente na sala, é que é difícil ouvir as intervenções. Vamos lá sossegar, que esta reunião pode ser que não seja muito esforçada.

Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Só para ficar claro que, quer a Câmara Municipal, tanto quanto é do nosso conhecimento, quer a Junta de Freguesia têm diligenciado nesse sentido. Não é não fazer nada, trata-se de fazer perceber ao proprietário daquele terreno, que é o instituto que tem determinadas competências específicas que tem que agir. O IHRU não tem enjeitado essas responsabilidades, dizem é que oportunamente farão e nós temos estado a aguardar e a insistir, portanto, não é não fazer nada e não ficava bem essa informação ficar aqui na Assembleia Municipal, porque não corresponde à verdade, mas vamos aguardar que o IHRU execute as suas responsabilidades.

Rui Lamim (PSD) – Passam hoje 246 dias desde que o Sr. Presidente, em 16 de setembro do ano passado e em plena campanha eleitoral, inaugurou a Estação Rodoviária da Praça do Brasil que ainda hoje não está a funcionar. Será que vamos ter 258 dias sem funcionar, após a inauguração? Vai mesmo começar a funcionar no próximo dia 1 de junho? E vai funcionar com 8 cais e 7 lugares de estacionamento? Gostaria de recordar que a Estação da 5 de Outubro era maior, tinha 21 pistas, num edifício que na época em que foi inaugurado foi considerado a melhor Gare Rodoviária do país. Era uma gare coberta, abrigada da chuva, do vento e do frio, situação que não se verifica na nova Estação que para o efeito tem uma pala gigante que cobre 8 cais. A proximidade da Estação Rodoviária à Ferroviária é claramente uma vantagem, mas se repararmos não há caminho coberto entre as duas estações e são poucos metros de distância, não seria muito difícil encontrar um caminho coberto entre as duas estações. Olhando para a circunstância verifica-se que existem problemas de mobilidade, nomeadamente para quem usa cadeira de rodas ou obrigado a usar cadeira de rodas. Poderia ser melhor, muito melhor, mas, no entanto, há mais estacionamento tarifado e as nossas perguntas mantêm-se, quando estará efetivamente a estação em funcionamento e já agora, quanto, até ao momento, recebeu o município pela concessão do estacionamento na cidade?

Francisco Cabral (PSD) – Já nesta Assembleia Municipal li, também, em sede de reunião de câmara que foi questionado pelo PSD sobre o abate indiscriminado de árvores adultas e sadias numa área de cerca de meio hectare localizado a nordeste do castelo de S. Filipe, estabelecendo-se uma estranha clareira sem razão aparente deixado pelo descontinuado maciço arvoredo. Grave é a situação que ainda hoje existe, passados meses após essa operação de abate, ao ambiente contra o pulmão, aquilo que é o pulmão verde de Setúbal, continuarem imensos depósitos de pilhas de ramos secos, de forma dispersa, sem serem retirados, constituindo-se estas sim massas de combustível perigosas e passivas de potencial risco de incêndio e até de uma catástrofe nas imediações do monumento nacional, que é o Castelo de S. Filipe. Também grave é, que também nessa altura foram alertados para a existência de um foco de poluição hídrico e de continuar a correr a céu aberto as águas residuais junto à muralha norte do castelo, situação de todo inaceitável.

Por último, deixar apenas uma sugestão ou questionar o próprio Sr. Presidente da Câmara para quando as obras de requalificação da rua e estrada de acesso ao Castelo de S. Filipe, de forma a obtermos uma acessibilidade que seja de acesso de mobilidade sustentável, um estacionamento ordenado, faixas pedonais e ciclos de vias seguras para quem visita um dos ex-libris da nossa cidade para seu usufruto, que é o Castelo de S. Filipe, e ainda para quem queira desfrutar do valor cénico da cidade e da linda Baía do Sado e do nosso concelho em geral.

I - b) INTERVENÇÃO DO EXECUTIVO

Presidente da Câmara – Teria todo o gosto e terei sempre todo o gosto em responder a todas as questões que os senhores deputados municipais fazem.

Olhando para o quadro que temos ali com os tempos disponíveis, naturalmente que é humanamente impossível responder a todas as questões que foram colocadas. Faço esta advertência para no final não virem dizer que o Presidente não respondeu às questões. Certamente que têm a ideia da quantidade de questões, admito que é muito importante fazer todas estas questões, mas naturalmente que é preciso tempo para responder.

Começando pelo deputado do CHEGA que fala de um regime de exceção dos parquímetros para um conjunto de entidades, também o senhor deputado do Partido Socialista, António Caracol, colocou as mesmas questões, para além de outras. A este propósito dizer que já respondi a um conjunto de questões e já disse que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aprovaram todo este processo, incluindo o Regulamento Municipal sobre o estacionamento. Houve uma discussão pública sobre as propostas aprovadas na Câmara e na Assembleia Municipal, em tempo que não foi neste mandato como os senhores deputados sabem. Aquilo que disse foi que cumprimos aquilo que está aprovado e que o faremos com toda a determinação, tendo em conta as dificuldades em o aplicar, sempre na perspetiva da defesa dos interesses das populações de Setúbal. É isso que estamos a fazer, temos tomado várias medidas, alguns dos senhores têm criticado essas medidas, mas é assim, temos opiniões diferentes sobre as questões. Julgo que o que tem sido anunciado publicamente sobre esta matéria que vai de encontro àquilo que são os interesses da qualidade de vida dos setubalenses, da defesa do ambiente e também da saúde pública, são questões fundamentais para nós que o temos afirmado ao longo destes anos, naturalmente salvaguardando os interesses dos residentes, de quem visita a nossa cidade e que tem a possibilidade de colher estas boas condições para serem recebidos e circular no nosso espaço público. Esse é o nosso objetivo e aqui se inclui, também, a salvaguarda dos interesses do comércio local.

A questão do estacionamento tarifado, como bem os senhores deputados municipais sabem, é também, do meu ponto de vista um mal, mas é um mal menor. É assim que posso entender esta situação, mas não é nada que a Câmara Municipal tenha inventado, que tenha criado por si própria. Não! Sabemos que nas cidades em Portugal, nas cidades por essa Europa fora, cidades e vilas, todos vão no sentido de implementar um sistema de estacionamento tarifado, porque esse é, apesar de tudo, a melhor forma de poder gerir o espaço público e é fundamental geri-lo, porque as pessoas vivem no espaço público e têm de viver com qualidade. A atratividade do espaço público só é possível hoje, nos tempos que nós vivemos depois de todos adquirirem os carros e até de serem incentivados, como em Portugal, para adquirirem carros, cada família tem um, dois, três, quatro carros, naturalmente que é necessário haver decisão e haver, também, coragem. Às vezes parece que falta a alguns coragem para tomar medidas no sentido de gerir o espaço público, mesmo sabendo que, eventualmente, um dia poderá haver soluções melhores, hoje não se conhecem senhoras e senhores deputados e é isso que fazemos, procurar gerir o melhor possível o espaço público, salvaguardando aquilo que é fundamental, a qualidade de vida, o ambiente, a saúde pública e a defesa de alguns setores de atividade que precisam de intervenção particular, como já foi anunciado que estão a ser feitas caso a caso e salvaguardando o interesse dos residentes e do comércio local.

Sobre estes interesses são, também, experiências que existem nessas cidades por essa Europa fora e também em Portugal. Sobre isso a nossa determinação está identificada e continuaremos a trabalhar para atingir objetivos, já disse que há agora esse objetivo de criar as tais bolsas de estacionamento não tarifado e que sejam superiores a 2.500 lugares. Esse é um objetivo que cabe dentro daquele projeto e dentro do estudo que foi feito para a cidade de Setúbal, para o estacionamento e a mobilidade sobretudo.

Indo à questão apresentada pelo senhor deputado da Iniciativa Liberal relativamente à lista de imóveis da Câmara Municipal e à sua ocupação, naturalmente que os serviços estão a fazer esse trabalho e logo que seja possível ser-lhe-á entregue essa informação.

Sobre o terminal da Várzea, o que está neste momento assumido é que deixará de ser um terminal, porque vai haver o interface da Praça do Brasil, ele foi criado, como também sabem, para resolver um problema de puro interesse dos privados de encerrar a Estação da Av. 5 de Outubro, cuja alternativa foi criar o terminal da Várzea. Com este novo modelo de mobilidade deixará de ser um terminal e passará a ser uma paragem, porque irão circular pela primeira vez autocarros naquela via que não existia antes. Passará a ser uma ou duas paragens de autocarros, conforme as necessidades.

Já saiu, creio eu, toda a informação que diz respeito à entrada em funcionamento dos autocarros a partir do dia 1 de junho e acredito que amanhã ou depois sairá toda a informação sobre os horários. Daquilo que me tem sido dado a observar, é uma matéria que tem tido alguma dificuldade pelo operador e pela empresa da Área Metropolitana, que coordenam estes serviços, o que me foi dito foi que amanhã ou depois de amanhã os horários serão divulgados e sê-lo-ão divulgados o mais profusamente possível e

espero que todos possam ter acesso atempadamente a esses horários dentro destes constrangimentos que me têm sido transmitidos, sobre os quais têm-se trabalhado nesta questão ao longo destes dias.

Aproveito para referir, também, a questão que tem a ver com o Encarregado de Dados, e como já tive oportunidade de dizer, creio que na última Assembleia Municipal, que logo que tomei conhecimento que a Câmara Municipal não tinha nomeado o Encarregado de Proteção de Dados fiz um despacho nesse sentido e entendi na altura e no quadro legal do Regulamento Nacional da Proteção de Dados, que a nomeação do Sr. Diretor da Administração Geral e Finanças não estava em causa a pessoa, estava em causa a função e que era quem tinha a função adequada para este cargo. Falei com ele e fiz o despacho que, nos termos da lei, tinha que ser ratificado pela Câmara Municipal, que é o órgão competente para a nomeação do Encarregado Municipal de Proteção de Dados.

Acontece que antes da reunião de câmara, que teve lugar na última quarta-feira (antes de ontem), tive a oportunidade de aprofundar esta matéria no sentido de saber se outras entidades e câmaras municipais, que nos termos do Regulamento Nacional são obrigadas a ter o Encarregado de Proteção de Dados. Devo confessar que fiquei com muitas dúvidas sobre se as funções do Diretor Financeiro da Administração Geral da Câmara Municipal correspondiam àquilo que foi a informação que fui colhendo nestes dias. Desde logo, para quem não sabe, existe um limitado número de Câmaras Municipais no nosso país que têm o Encarregado Municipal de Proteção de Dados e isto está no registo nacional e que pode ser consultado por todos. Há registo de que houve iniciativa das câmaras, mas muito poucas têm o Encarregado Municipal de Proteção de Dados.

Depois, também, tive conhecimento de que a Direção Geral das Autarquias Locais tem como o responsável da Proteção de Dados o Diretor dos Serviços de Informática e o Tribunal de Contas, também, tem como responsável um Presidente de uma Direção de Informática. Tive acesso a um relatório de um grupo de trabalho que, para além de referir que o Diretor Financeiro tem um conflito de interesses, também refere que os Diretores ou os responsáveis pela informática têm conflitos de interesses. Sinceramente não tenho mais tempo para desenvolver esta questão, mas o que aconteceu foi que levei, como era minha obrigação, à reunião de câmara esta proposta, mas antes de pôr à consideração a proposta promovi junto dos senhores vereadores na própria reunião de câmara um debate sobre esta matéria e concluímos que, tendo em conta o relatório que a senhora vereadora do PSD trouxe e a forma como lá está referido, não deixa de ser um relatório e não é mais do que isso e o Regulamento Nacional não diz nada sobre isso, mas temos que respeitar quem fez o relatório. Naturalmente que a qualquer momento nomearemos o Encarregado Municipal da Proteção de Dados.

Presidente da Mesa – Agora cabe-me a mim justificar a dilatação do tempo da intervenção. Presumi hoje que, todos presumem o que bem entendem como se fosse verdade já provada e que fossem factos provados, todos presumiram e também presumi que era do interesse da assembleia deixar prolongar o tempo de resposta ao Sr. Presidente sobre esta matéria que me parece que é candente. É nesta presunção e não para que todas as intervenções depois venham replicar esta prorrogação do tempo. Presumi bem? Talvez. Se não presumi bem, sou como todos.

II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. **Moção “Apoio à ação nacional de luta dia 27 de maio em Lisboa” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Luís Leitão (CH) – A moção que está em discussão e que já está distribuída visa realçar dois aspetos essenciais, um é o aumento de salários que é urgente e terá que ser transversal a todos os trabalhadores, nomeadamente aos trabalhadores da Administração Pública que tiveram 0,9% e não foi se quer atualização do seu salário. Por sua vez depois dá o exemplo, quer para as empresas do setor empresarial do Estado que seguem a mesma linha dos 0,9% e também para o setor privado onde os milhões e milhões de euros de lucro que as empresas têm não é distribuído pelos trabalhadores, mas sim vai diretamente

para os bolsos dos acionistas. Um dos exemplos aqui em Setúbal é, inclusivamente, o caso da Navigator que propõe 0,9% para os seus trabalhadores.

Depois aborda as questões que se prendem com a agenda do trabalho digno e com aquilo que não se passa em termos da reposição dos direitos, nomeadamente na indemnização por despedimento que foi retirada aquando do tempo da troika, mas que não se voltou a repor.

Trata, ainda, das questões do pagamento ou do custo do trabalho extraordinário, que só passa alguma reposição a existir passado o trabalhador ter feito 120 horas e isto está em discussão, depois é a questão da contratação coletiva que não trata da questão da caducidade e, portanto, não há dinamização da mesma e bloqueia os contratos coletivos de trabalho.

Aborda, também, as questões da reforma ou das reformas e solidariza-se com a jornada de luta que se irá realizar no próximo dia 27 de maio, aquando da votação final do Orçamento de Estado, em Lisboa.

Manuel Fernandes (PS) – A CDU fez parte, nestes últimos anos, de uma solução de Governo, desde 2015 até 2021. Fez parte de uma solução de Governo que viabilizou cinco orçamentos, dos seis que foram apresentados pelo Partido Socialista, pelo Governo. Nessa altura, a CDU teve um bom contributo, deve-se dizer, deve-se salientar, o qual visou essencialmente reverter a grande parte das medidas que tinham sido adotadas na troika. Nem tudo foi feito, mas, no entanto, isso não foi impeditivo que a CDU aprovasse cinco dos seis orçamentos apresentados pelo anterior Governo e os viabilizasse, contribuísse para a viabilização desses mesmos orçamentos. Nessa altura, a CDU foi anuente, obviamente, com esta discrepância que aqui salienta.

Também é importante referir que a bancada do Partido Socialista nem hoje e nem nunca ir-se-á apropriar de lutas de classes sociais ou de lutas de classes laborais, sejam elas quais for, salvo raríssimas exceções, poderemos aqui votar favoravelmente alguma luta com uma situação muito em concreto e muito específica que deve ser discutida caso a caso. Esta luta é justa como todas as lutas são justas, os salários são baixos como há muito têm sido baixos, mas é inegável e a CDU tem que conviver com aquilo que fez no passado recente, que contribuiu para uma solução de Governo que inverteu uma quantidade de medidas que estavam desde o tempo da troika. É inegável, a CDU contribuiu e não pode desvalorizar esse papel.

A CDU quando apresenta esta moção aqui tem que olhar para o papel que desempenhou e muito bem ao lado do Partido Socialista, portanto, não pode agora criticar aquilo que fez e que estes trabalhadores aqui vêm criticar como se a CDU estivesse a dar razão aos trabalhadores para criticarem aquilo que foi o passado recente da CDU. Não faz sentido! A CDU está a entrar em rota de colisão consigo própria.

O Partido Socialista não vai, obviamente, apropriar-se desta luta, nem desta e nem de outras, aceitando legitimamente, em termos democráticos e perante aquilo que é a legitimidade constitucional, de qualquer ordem profissional ou classe profissional. Todos os trabalhadores têm legitimidade em manifestar-se e nesse sentido, compreendendo as razões e compreendendo a legitimidade dos trabalhadores que vão para a rua se manifestar, não irá o Partido Socialista acompanhar esta moção, uma vez que não entende que dever apropriar-se politicamente, nem este, nem nenhum outro partido se deve apropriar politicamente das lutas legítimas dos trabalhadores do país.

Mariana Crespo (PAN) – Parece que a CDU, cada vez que é agendado uma assembleia anda aqui um bocadinho a pesquisar quais é que são as greves agendadas para apresentar uma moção e assim vai apresentando documentos. Documentos esses que são praticamente iguais uns aos outros e vou aqui um pouco repetir aquilo que disse em relação a uma moção semelhante apresentada na última sessão da Assembleia Municipal. Como aqui já foi referido, no fundo, a CDU critica a Administração Central quando ela própria foi parte do problema ou da possível solução. Por outro lado, penso que, antes de começar a criticar empresas privadas, como a CDU tanto gosta de fazer, devia, se calhar, olhar um pouco para dentro e refletir acerca dos executivos que gere e verificar se todas as condições de trabalho são efetivamente cumpridas, visto que há aqui muitos considerandos que, também, poderiam ser criticáveis.

Por fim, e também como já foi referido, não me parece correto querer aqui incentivar a Assembleia Municipal de Setúbal a adotar uma luta que é sectária, no fundo, porque estaríamos aqui a criticar empresas privadas.

Dito isso, naturalmente, que o PAN apoia toda e qualquer luta de trabalhadores por melhores condições de vida, elas são merecidas e devemos continuar neste repto, contudo, pelos motivos enunciados o PAN também não irá acompanhar esta moção.

Luís Leitão (CDU) – Relativamente a várias situações que vieram aqui para cima da mesa. Primeiro, a CDU ao apresentar esta moção não se está a apropriar de luta alguma, está com a luta, valoriza a luta, valoriza o facto de os trabalhadores lutarem e reivindicarem melhores salários e melhores condições de vida. Há outros que têm outra opção e não querem valorizar, tudo bem, estão no seu direito, como é óbvio, estão no direito de não o fazer.

Depois, no que diz respeito àquilo que apoiamos, apoiamos para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e podíamos até ter apoiado mais, caso o PS quisesse, mas o PS é que não quis. Exatamente, o PS é que não quis e como não quis cheirou a maioria absoluta e então aconteceu aquilo que aconteceu e que todos sabemos, o PS não quis e nem quis contribuir para o mesmo.

No que no que diz respeito à participação, não andamos se quer a pesquisar, estamos lá, estamos com os trabalhadores, é que eu também sou trabalhador e quero-lhe dizer que vim de uma manifestação agora, quero-lhe dizer que valorizo as manifestações e quero-lhe dizer que valorizo aquilo que é a reivindicação por melhores direitos e melhores condições de vida.

Não estamos aqui contra alguma administração ou contra algum emprego, não estamos efetivamente. O que estamos a dizer é que há empresas que têm muito dinheiro e esse dinheiro foi alguém que o produziu e, portanto, se foi alguém que produziu, entendemos que deve ser distribuído também por esse alguém, que são os trabalhadores, e que com estes salários e com esta política de baixos salários não vamos lá.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 13 votos contra, 10 do PS, 2 do CH e 1 do PAN, e 7 abstenções, 6 do PSD e 1 da IL.

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Abstivemo-nos nesta moção, porque suponho que é universal o desejo da justa redistribuição de riqueza, da riqueza criada, julgo que é universal.*

O que não será universal, mas somos a favor, é que existe um problema a resolver e que tem a ver com a caducidade da contratação coletiva, este é um problema que tem de ser resolvido e somos pela resolução deste problema que tantas circunstâncias nefastas ao mundo do trabalho estará a criar.

Agora, abstivemo-nos e não votamos favoravelmente esta moção, nem iremos aprovar moções que façam apelo a manifestações ou não manifestações ou apelos a participações em manifestações, acho que não cabe à Assembleia Municipal fazer este tipo de apelo, embora possa estar solidário com algum tipo de reivindicações do mundo do trabalho.”

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Abstivemo-nos nesta moção, porque para nós é inequívoco que o poder de compra dos portugueses tem vindo a reduzir-se ano após ano e não há dúvidas que há que tomar medidas no sentido de devolver o poder de compra aos portugueses. O tema aqui é que temos a certeza que o caminho não é o apresentado aqui na moção da CDU.*

O aumento dos salários por decreto é muito apelativo para os trabalhadores e para conquistar votos, pois, sentem aumento a curto prazo, mas é um risco a médio prazo, pois poderá contribuir para a perda de empregos.

Uma vez que não vemos qualquer preocupação nestas propostas, entre a capacidade de geração de valor por parte das empresas e os valores que se pedem de aumentos propostos. É importante a distribuição da riqueza? A resposta da Iniciativa Liberal é sim e como? Baixem os impostos que permitem também um aumento do poder de compra. Não nos podemos esquecer que, por cada euro de imposto que um contribuinte entrega à Administração Pública, há uma parte significativa que se perde na máquina que gere os impostos e em burocracias.

Por último, consideramos que esta relação entre trabalhadores e empresas há duas partes e, por isso, o sentido de responsabilidade, em nosso entender desta assembleia, não é compatível com incentivos de ações de luta, como aqui também já foi referido, e estranhamos, pois, uma bancada que é a favor e que é pela paz incentivar este tipo de lutas.

Estas moções, e termino dizendo isto, apresentadas nesta assembleia, no fim pedem sempre para entregar a Associações de Trabalhadores, e já que queremos consenso deixava aqui a sugestão de serem também entregues às Associações de Empresas.”

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista votou contra esta moção, porque entende que a Assembleia Municipal não é o local apropriado para emancipar e desenvolver ações de luta de qualquer tipo de classe profissional, ainda que legítimas todas elas sejam. Em democracia e perante a Constituição Portuguesa, as lutas são todas elas legítimas.*

O Partido Socialista entende que há momentos onde todas estas discussões se devem colocar, exatamente na concertação social, e na expectativa de que a concertação social muito a breve prazo consiga concluir dois dossiers muito importantes para estes trabalhadores que se vão manifestar, a saber, o acordo para rendimentos e produtividade que deverá estar completo em outubro deste ano e o próximo que é a agenda para o trabalho digno, onde todos estes trabalhadores poderão e deverão rever, perante aquilo que serão as soluções encontradas, em sede de concertação social.”

Luís Leitão (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Votámos favoravelmente e trazemos a moção a esta assembleia, porque entendemos que os assuntos dos trabalhadores devem de vir aos órgãos de democracia e nomeadamente a esta assembleia, porque a luta não deve ficar de fora destes órgãos e, portanto, devem-se trazer aqui aquilo que são as preocupações dos municípios, porque as pessoas ganham a vida é com o trabalho, têm dignidade é com aquilo que ganham pelo trabalho que produzem, por aquilo que fazem.”*

2. **Moção “Reforço do Mundo Livre” (IL)** (conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Leu o documento: *“No dia 4 de abril de 1949 foi assinado em Washington, o Tratado do Atlântico Norte, que deu origem à organização do Tratado do Atlântico Norte da NATO, juntamente com 11 países, que contribuiu ativamente para o esforço de audiência em prol da preservação da estabilidade, paz e segurança fundados na solidez da relação transatlântica. Numa altura em que a integridade territorial de alguns países europeus se encontra novamente sob ameaça, o papel da NATO na garantia da integridade territorial dos aliados é extraordinariamente importante. A existência da NATO é, especialmente para os seus países membros mais pequenos, um elemento essencial de soberania e principalmente um mecanismo dissuasor da tragédia da guerra.*

Em 73 anos de existência, nunca nenhum país pertencente à NATO foi invadido ou ocupado de forma permanente. Nunca um país pertencente à NATO teve que passar por uma devastação semelhante há que vemos hoje na Ucrânia. A continuação e o aprofundamento da NATO são as maiores garantias para as democracias liberais europeias e continuarão protegidas do imperialismo de potências autocratas que as ameaçam. A recente invasão pela Federação Russa na Ucrânia demonstrou, sem margem para dúvidas, a necessidade de uma aliança defensiva entre países do mundo livre e dos que pretendem evoluir ou reforçar-se nos valores da democracia liberal e a sua prática.

A Iniciativa Liberal dá todo o seu apoio ao pedido de adesão da Suécia e da Finlândia à NATO, duas das democracias mais avançadas do mundo e com fortes capacidades militares.

Quando uma autocracia ataca gratuitamente com violência e morte, os defensores da liberdade reagem e recusam-se a aceitá-lo. A Europa já foi um terreno permanente de guerra e mortalidade, sendo hoje um exemplo de paz e prosperidade que não pode ser posto em causa. Não podemos regressar ao passado.

Hoje, a Suécia e a Finlândia querem aderir à NATO por vontade dos seus povos e dos seus parlamentos.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão extraordinária, delibera afirmar a sua solidariedade com todos os que procuram a paz e se unem com o objetivo de dissuadir a guerra e solidariza-se com a população da Suécia e da Finlândia no seu pedido de adesão à NATO.”

Luís Maurício (CH) – Vamos votar favoravelmente a proposta da Iniciativa Liberal, porque achamos que todos os países que pertencem à NATO estão muito mais seguros e até podemos dizer que temos a certeza absoluta, e a certeza absoluta pode ser um termo muito forte, que se a Ucrânia pertencesse à NATO nunca seria invadida.

Simão Calixto (CDU) – Esta moção da Iniciativa Liberal “Reforço do Mundo Livre”, se não tivéssemos na Assembleia Municipal até diria que era uma piada, porque, de facto, a NATO quando foi criada em 1949 também serviu para legitimar o regime fascista português e, portanto, o reforço do mundo livre parece-me não estar nesse campo.

Depois, reforço do mundo livre, só se for o reforço da guerra e das intervenções em países soberanos, porque a Iniciativa Liberal diz aqui que os países da NATO não passam por devastações, mas depois podem promovê-las no Iraque, na Líbia ou na Jugoslávia, como os bombardeamentos que fizeram e que depois levaram à dissolução daquele país.

Reafirmando que a CDU e as forças que a compõem estarão sempre, mas sempre pela paz, pelo desarmamento geral controlado em simultâneo e pela dissolução dos blocos político-militares, como, aliás, vem expresso no artigo 7º da Constituição da República Portuguesa, não nos parece que o alargamento da NATO vá contribuir alguma coisa para a solução pacífica dos conflitos, que também vem neste artigo 7º da Constituição.

Relativamente às deliberações, o que sabemos hoje é que os governos daqueles países, de facto, querem aderir à NATO, mas ninguém tem a certeza que os povos assim o queiram. O povo finlandês e o povo sueco, de facto, tem havido grandes manifestações contra a NATO naqueles países e parece-me estranho que as lutas dos trabalhadores não tenham espaço numa Assembleia Municipal, de acordo com as vossas opiniões, mas a NATO já tem espaço, promover a guerra já tem espaço, por isto claramente que não vamos acompanhar esta moção e votaremos contra.

Paulo Lopes (PS) – Em primeiro lugar, gostaria de pedir à Iniciativa Liberal que no 4º parágrafo pudesse alterar, porque diz “a Iniciativa Liberal dá todo o seu apoio”, ora, não temos nada a ver com o que é que a Iniciativa Liberal entende sobre o assunto, a partir do momento em que esta moção é aprovada ou não, mas ser for aprovada passa a ser um documento da Assembleia. Aliás, já discutimos isto várias vezes e entendemos que devia retirar “a Iniciativa Liberal dá todo o seu apoio”, mas pode pôr, por exemplo, “Setúbal apoia”, porque este documento depois passa a ser de todos os que estão aqui, ou “Assembleia Municipal”. Este seria o primeiro pedido que fazemos à Iniciativa Liberal.

Em relação à intervenção do senhor deputado municipal, Simão Calixto da CDU, diria que o deputado é quase um perigoso dissidente comunista, pelo menos na Rússia seria. É que ainda hoje veio uma notícia de que houve um político comunista russo que criticou a invasão e teve que fugir do seu país. O secretário do Partido Comunista russo da região de Primorsky disse uma coisa fantástica, garantiu que o Partido Comunista Russo estava ao lado de libertação do povo ucraniano, das forças nazis, reforçando que aqueles que não concordassem com a operação militar especial, não deviam pertencer ao partido.

Cuidado, porque qualquer dia, se isto se sabe na Rússia ainda vão dizer que você está a ser quase dissidente. É óbvio que o Partido Comunista não apoia o reforço da NATO na Europa, mas é óbvio que é a NATO que nos dá segurança para podermos estar hoje a falar da forma como entendemos e queremos, é hoje a NATO, mais do que nunca, que reforça a segurança da Europa e que reforça a segurança de Portugal, porque a fronteira de Portugal não começa em Espanha, a fronteira de Portugal, neste momento, começa na Polónia, começa na Roménia, começa nesses países onde a NATO está presente. É nisso que acreditamos e é isso que tem trazido a segurança e estabilidade da Europa nos últimos anos e na qual Portugal tem sido altamente beneficiado.

Luís Maurício (CH) – Uma coisa já percebi, que o senhor deputado da CDU não percebe nada da parte militar, da parte a nível balística e da parte de nada, de nada sobre a NATO, sobre a guerra do Iraque, sobre qualquer tipo de guerra. Nunca teve em nenhuma guerra, mas eu já estive em três. Não percebe nada e vou dizer-lhe uma coisa, quem invadiu o Iraque, o Afeganistão não foi a NATO, foram os aliados.

Vou-lhe dizer outra para si, quando foi a guerra do Afeganistão, a Rússia participou e só por aí vê que não é a NATO que é a culpada do mundo, a NATO defende todos os nossos e temos de agradecer a Portugal, ao país que somos, à Europa e ao mundo por pertencermos à NATO. Estive duas vezes no Kosovo e graças a Deus que pertencemos à NATO.

Simão Calixto (CDU) – Só para dizer que aquilo que são as notícias da Rússia e da Ucrânia também não nos dizem muito, até porque as posições que tomamos aqui são relativas ao Partido Comunista Português e não relativamente ao Partido Comunista Russo ou a outros quaisquer que por aí hajam.

Portanto, senhores deputados, vou-vos ler uma mensagem que nos deixou Mário Soares, que como vão perceber ele é muito insuspeito e na CDU e no PCP não temos nenhum carinho particular por este senhor, mas isto foi um artigo da Visão, de 11 de setembro de 2008, e vou-vos ler só um trecho para os senhores deputados e que fica de resposta a todos. *“A NATO que se tornou um verdadeiro braço armado dos Estados Unidos, está a fazer também estragos noutras regiões do mundo, refiro-me ao Cáucaso, zonas do Cáspio e do Mar Negro e aos limites da Rússia Ocidental.”* É só isto, mas depois posso-lhe passar o artigo, não seja por isso, e isto foi o Sr. Dr. Mário Soares que escreveu a dizer que a NATO se tornara o braço armado e que provocava a guerra em vários países.

Nuno Carvalho (PSD) – Não há nenhuma razão para saudar uma aliança defensiva, porque quando ela tem que ser aumentada ou reforçada não significa que o mundo livre esteja a ser forçado, mas sim que está a ser ameaçado. Isso é primeira nota que deixo aqui à Iniciativa Liberal para saber interpretar bem aquilo que são as alterações da ordem mundial, ainda que concordemos com o resto do conteúdo da moção, é preciso compreender o que é que está por trás desta motivação.

Essa mesma falta de compreensão que vemos da parte da CDU, que é fundamental perceber, é que há um mundo livre a defender e que não existe única e simplesmente uma escalada unilateral, se quer da parte da Ucrânia, ou uma escalada unilateral quer por parte da NATO. Existe sim, de facto, uma agressão totalmente ilegal sobre qualquer regra que o Partido Comunista Português no país, onde está democraticamente inserido, também respeita e nesse aspeto é fundamental compreender isso. Há um reforço de uma aliança defensiva que tem que ser feita, porque a democracia está sob ameaça, aquela que nós, também, vivemos aqui nesta Assembleia Municipal. Isso é absolutamente inegável e deve ser o ponto que, infelizmente, nos entristece e deve ser o ponto que também nos deve unir. Infelizmente, não vamos contar com o voto da CDU, contará com o voto do PSD, mas não ficamos contentes pela razão que leva ao aumento da aliança defensiva, mas porque estamos disponíveis para que a aliança defensiva exista para salvar a democracia e acho que é isso que deve acalmar os ânimos.

Mariana Crespo (PAN) – O PAN irá abster-se nesta moção. Essencialmente o sentimento da necessidade de reforço da NATO é algo que devemos encarar com preocupação, ainda mais considerando todas as polémicas envolvendo esta organização, em particular. A própria presença da Turquia na NATO é contraditória à tese do mundo livre, até porque este país já, publicamente, ameaçou vetar o pedido de adesão da Suécia e da Finlândia.

O PAN assume-se como um partido não militarista, o que esperamos, contudo, com o pedido de adesão da Suécia e da Finlândia é que, pelo menos, seja possível à NATO tornar-se uma aliança mais defensiva e humanitária e menos ofensiva e imperialista como tem sido apanágio da NATO até agora.

Flávio Lança (IL) – Só para dizer que no parágrafo 4, onde temos *“Iniciativa Liberal”* e a pedido aqui do PS, alteraremos então para *“a Assembleia Municipal dá todo o seu apoio”*.

Presidente da Mesa – Com esta alteração, em vez da *“Iniciativa Liberal”* ficar *“Assembleia Municipal”*, vamos passar a votar a moção *“Reforço do mundo livre”*.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH e 1 da IL, 18 votos contra, 17 da CDU e 1 do BE, e uma abstenção do PAN.

Vítor Rosa (BE) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A reboque da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Iniciativa Liberal traz a esta assembleia uma suposta moção pela paz e de solidariedade com os povos da Suécia e da Finlândia, na adesão à NATO e de um suposto reforço do mundo livre.*

A invasão da Ucrânia pela Rússia prolonga-se há 80 dias, a guerra já causou a perda de milhares de vidas, incluindo a de incontáveis civis e uma crise humanitária que ultrapassa as fronteiras ucranianas. A cada dia desta invasão sobressaem duas evidências, a primeira é que não existe nenhuma justificação ao comando para esta invasão, é uma agressão imperialista contra um Estado soberano por afrontar o direito internacional e autodeterminação do povo ucraniano, é um ato inaceitável.

A segunda evidência destes 80 dias de guerra, é que erra quem responder à guerra com a escalada de guerra. Um conflito entre potências nucleares, resultante da eventual atuação direta da NATO, constituiria uma tragédia mundial de dimensões inimagináveis desde logo para o povo ucraniano. Saída da morte cerebral declarada por Emmanuel Macron a seguir à derrota no Afeganistão, a NATO recomposta coloca o perigo de uma nova Guerra Fria agravada pelo histórico de intervenções nas últimas décadas. Não confundimos o apoio ao povo ucraniano, incluindo em meios de autodefesa, como militarismo de sofá que desconsidera irresponsavelmente os riscos de escalada nuclear.

O Bloco afirma a sua posição contra a invasão da Ucrânia, a partir da coerência da sua posição sobre as guerras do nosso século, opomo-nos à agressão imperialista Putin com a mesma convicção com que nos levantamos sempre contra as agressões imperialistas da NATO. Sabemos que a perda de uma vida inocente na Ucrânia é tão inaceitável quanto uma morte em Faluja no Iraque, em Belgrado na ex-Jugoslávia ou em Alepo na Síria, a luta pela paz levanta-se contra todas as guerras.

Não deixamos cair no esquecimento, facto que esta moção faz, quanto ao papel da intervenção da NATO que teve em outros conflitos, nomeadamente a guerra da ex-Jugoslávia em 1999, em que, pela primeira vez, usou força militar sem a aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os ataques aéreos duraram de 24 de março de 99 a 10 de junho de 99. A operação com o apoio direto do Governo dos Estados Unidos da América, sob a administração de Bill Clinton, ficou caracterizada principalmente pelos bombardeios aéreos da NATO às cidades de Belgrado e Novi Sad que acarretaram morte de centenas de civis inocentes a mais de 300 quilómetros da zona de conflito, além da destruição da infraestrutura civil e militar da região.

Aqueles que dizem lutar pela paz, têm que saber enfrentar a brutalidade dos impérios em nome do respeito pelos povos e o respeito pelos povos é o de respeitar a sua própria decisão, coisa que esta moção também esquece ou omite, já que, pelo menos na Suécia, a julgar pelas notícias em vários órgãos de comunicação social, várias camadas da sociedade têm manifestado as suas dúvidas e, em alguns casos, a rejeição por esta adesão.

O Bloco orgulha-se desse legado de paz e de respeito pela soberania dos povos e renova neste tempo em que a guerra volta a assombrar a Europa, sem tibiezas ou meias palavras, reafirmamos a condenação da invasão russa e o cinismo de quem procura acrescentar guerra à guerra, rejeitando o expansionismo da NATO e a corrida armamentista e ao fazê-lo solidariza-se com o povo ucraniano, com o seu direito à autodefesa e com quem, em todo o mundo e em particular na Rússia, luta corajosamente pela paz.

Face ao exposto, votámos contra esta moção.”

III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR E DE PESAR

1. **Voto de Saudação “Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Vítor Rosa (BE) – Para ganharmos tempo na nossa discussão e debate e uma vez que foi distribuído o Voto de Saudação não será necessário.

Joana Tomé (CDU) – A bancada da CDU acompanha naturalmente este Voto de Saudação do Bloco de Esquerda no entendimento de que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e devem ser tomados perante a lei como iguais, não apagando, no entanto, as suas características e lutas específicas.

Olhamos, contudo, com alguma preocupação para a situação internacional, nomeadamente, o contexto anglo-americano em que conhecemos uma utilização abusiva das possibilidades legais abertas pelo atual enquadramento legal da autodeterminação de género. Apesar desta ressalva, a bancada votará favoravelmente este Voto de Saudação.

Nuno Gabriel (CH) – Neste Voto de Saudação apresentado aqui pelo Bloco de Esquerda, há aqui uma questão que concordo que é naturalmente a não discriminação da dádiva de sangue, tendo em conta a orientação sexual de cada um. Nesse aspeto acho que faz todo o sentido que haja uma não discriminação até tendo em conta a necessidade de sangue e dos vários tipos.

Depois há aqui uma outra questão que não concordo e ela é factual e tive até o cuidado de fazer aqui uma pesquisa. Pegando aqui na frase que consta no Voto de Saudação, *“mas não podemos esquecer os obstáculos à livre existência de pessoas LGBTQI+”*, não creio que haja em Portugal esse tipo de problema. Fiz aqui uma pesquisa rápida e em 2019 o *“Spartacus Internacional Gay de Index”* considerou Portugal o país mais *gay friendly* do mundo. Em 2021 a entidade turística *“Park Sleep Fly”* considerou Lisboa a cidade europeia mais amigável para viajantes da comunidade LGBTQI+ e a segunda cidade europeia mais *gay friendly* é o Porto. Não me parece que Portugal tenha qualquer tipo de discriminação relativamente a qualquer orientação sexual, quanto ao resto é arranjar um quarto e cada um lá fará o que entender.

Não havendo mais intervenções, foi a Saudação aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PSD, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 2 abstenções do CH.

Luís Maurício (CH) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O motivo pelo qual nos abstivemos nesta votação é que esta saudação só por si é uma discriminação que pode até ser considerada uma discriminação positiva, mas é discriminação.”*

A homofobia é condenada por lei e o código penal já prevê todo e qualquer condenação jurídica ou qualquer tipo de discriminação. A própria constituição considera que nenhum indivíduo pode ser discriminado.

Assim consideramos que esta saudação não resolve qualquer tipo de discriminação, como nenhuma discriminação será resolvida por decreto, saudação ou intenção sem atos.

O CHEGA defende que a sociedade que evolui e o respeito pelo pensamento diferente não pode ser motivo de repúdio e o livre pensamento impera que não temos todos de pensar da mesma forma e a diferença de pensamentos não pode ter consequências de sermos apelidados fascistas.

Não podemos esquecer, no entanto, que alguns dos partidos que promovem este tipo de votos são os mesmo que validam os regimes como Palestina, Coreia do Norte e China, onde sabemos que a homossexualidade é crime e como são tratados os assuntos desta natureza.

Por esse motivo abstivemo-nos por sermos contra com qualquer tipo de discriminação positiva ou negativa.”

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“No PSD e todos aqueles que conosco se identificam, professamos o princípio da igualdade e em concreto no que versa a saudação apresentada combatemos a discriminação baseada no comportamento sexual, consequência de opções individuais e não contestáveis, bem como outras discriminações sem sentido numa sociedade como a nossa, a sociedade dos dias de hoje, como a discriminação de base étnica, a discriminação de base religiosa ou ainda e menos falada, mas não menos importante, a discriminação com base na aparência física, seja ela, segundo os parâmetros de beleza ou de saúde. Combatemos estas discriminações e somos pelos princípios conducentes à libertação integral do homem como bem expressam os nossos estatutos.”*

Joana Tomé (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Tendo votado favoravelmente, a nossa bancada percebeu-se ainda da necessidade de falarmos nisto nesta assembleia e debater este tema.”*

2. **Voto de Pesar pela morte de SHIREEN ABU AKLEH (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Nuno Carvalho (PSD) – Vou ser muito, muito breve e sintético, até para não abusar da sua tolerância, apesar de estarmos num mundo livre também temos que respeitar, só dar aqui uma nota. Há aqui pelo menos dois termos que tornam este voto de pesar simultaneamente num voto de condenação, ainda que, naturalmente, o Bloco de Esquerda seja livre de o fazer. Mas é importante perceber que quando dizemos que há snipers de um exército a dispararem sobre um grupo de jornalistas ou sobre pessoas, estamos sempre a fazer um juízo de valor que é um juízo que tem que ser factual de alguma forma e uma medida e especialmente numa zona onde há um conflito.

Quando dizemos que, naturalmente, isto ocorreu sem qualquer tipo de contexto prévio, foi porque sabemos que há uma escalada de violência nesta região, não é só de um lado é de dos dois lados, e que, naturalmente, gostávamos que existisse paz e estamos a optar por fazer a condenação de um dos lados, numa zona onde há conflito e num texto que tem como título voto de pesar.

Para que fique claro, o que está aqui é, neste momento, ao falar da Cisjordânia ocupada, ao falar de apenas atos de agressão de um dos lados, quando há uma morte a lamentar, e o PSD acompanha em absoluto o voto de pesar pela morte deste jornalista, mas, como é evidente, é que a morte deste jornalista não deve servir para ajudar a condenar um dos lados. Esse é exatamente o propósito contrário que, creio e fazendo boa fé naquilo que é o Bloco de Esquerda, é um partido que não ia usar a morte de ninguém para condenar um dos lados de uma guerra, porque é exatamente o sentido contrário de um voto de pesar e o sentido contrário que o próprio Bloco queria. Daí apelar a que existisse bom senso que é algo, diria até espírito humanitário ou humanista, se assim o queiram encarar, que faz parte da ideologia de todos os partidos aqui presentes e que pensássemos um bocadinho na utilização deste tipo de situações para um voto de pesar, porque não é adequado colocar a condenação de um dos lados num voto de pesar, não é, mas podem fazê-lo se quiserem.

Afonso Luz (CDU) – Iremos acompanhar este voto de pesar, é um voto de pesar que, no entanto, traz aqui à coação a questão da Palestina. Queremos deixar uma nota sobre a hipocrisia revelada pelas potências ocidentais e refiro-me aqui aos países da União Europeia e aos Estados Unidos da América, principalmente, no tratamento desigual dado ao conflito na Palestina e ao conflito na Ucrânia.

Trata-se igualmente de invasões, trata-se igualmente de desrespeito pelo direito internacional e pelas decisões das Nações Unidas e enquanto num caso se apoia o invadido, no caso da Palestina dá-se total apoio, inclusivamente, militar à potência invasora.

Quero colocar aqui uma questão que foi colocada ainda na última Assembleia Municipal, “*Quem é o invasor?*” Entendemos que este voto de pesar deve, de facto, colocar a questão de penalizar aqueles que são os invasores e que foi daí que resultou esta morte.

Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Fiquei aqui só um bocadinho confuso com a intervenção do PSD e queria fazer uma pergunta clara, se o PSD não reconhece a ocupação e a invasão da Palestina?

Nuno Carvalho (PSD) – Senhor Presidente, vou fazer uma interpelação à Mesa, somos uma Assembleia Municipal e nesse mesmo sentido temos posições institucionais e, portanto, a minha interpelação à Mesa é, se institucionalmente, ao longo destes vários anos onde sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e muitas das pessoas que aqui estão presentes, é hábito termos este tipo de discussões em votos de pesar, que normalmente são discutidos de forma unânime.

Já tivemos muitas discussões políticas e este tipo de pergunta e interpelações são normais na política e aceito que sejam feitas, agora o que o PSD está a dizer é que há um lugar para tudo e quando há um voto de pesar que deve reunir consenso, porque é a perda de uma vida humana, é algo diferente de discutirmos uma questão política na qual podemos emprestar os nossos melhores argumentos. O argumento que o PSD aqui empresta é muito simples, morreu uma pessoa, há um voto de pesar, ele deve ser reconhecido. Só isso.

Presidente da Mesa – Senhor deputado Nuno Carvalho, o senhor deputado acabou de me enganar, disse que ia responder ao Sr. Presidente da Junta, Nuno Costa, e fez a sua interpretação do voto apresentado pelo Bloco de Esquerda.

O Bloco de Esquerda, como o PSD, tem todo o direito de fundamentar como entende o voto de pesar por um acontecimento desta natureza. Naturalmente que ele tem o peso que tem, pelo facto de ser uma jornalista, pelo facto de estar a reportar uma ação de guerra na Palestina e esse dá-lhe um significado que o Bloco entendeu que fundamentava este voto de pesar. Morrem pessoas todos os dias, em situações de guerra, em situações de invasão que não ligamos, que não temos informação.

O Bloco tem o direito de enquadrar como entende este voto de pesar, portanto, obriga-me a dar resposta à sua interpelação, porque efetivamente fez uma interpelação à Mesa, em vez de responder à pergunta que disse que ia responder ao senhor deputado Nuno Costa. É por isso que estou a dizer isto, não vamos instrumentalizar a forma das posições políticas aqui trazidas, que é o que o senhor está a querer fazer. É um voto de pesar neste quadro da Palestina, de uma jornalista, é a liberdade de imprensa que está a ser assassinada também e é este o peso que, julgo não estar a exagerar, está dado por quem apresentou o voto de pesar. Aqui, também, houve assassinato da liberdade de imprensa, e é isto que está colocada à assembleia, não é só uma morte, é uma morte que representa valores.

Não estou a defender a posição em especial, mas o que está aqui enquadrado representa este sistema de valores que aqui pode ser traduzido e que podemos deixar cair os nossos valores ao ponto de “À, ali, é só uma morte”, no outro lado é um crime contra a liberdade de imprensa, é um crime contra a autodeterminação, aqui é só a morte.

Julgo que não podemos fazer isto, mas é isto que está colocada à assembleia, uns entenderão que é só uma morte, outros entenderão que é uma morte com muito significado. No final teremos esse esclarecimento quando os deputados se manifestarem no voto.

Nuno Carvalho (PSD) – Senhor Presidente, só agradecer que, para já, ter respondido à minha interpelação e de, também, a caminho termos ficado a conhecer a sua opinião. Agradecer-lhe estes dois factos.

Luís Maurício (CH) – Senhor Presidente, concordamos com o que o senhor deputado do PSD disse e não podemos acusar quem matou. O voto de pesar por ter morrido uma jornalista, tudo bem, agora não podemos dizer que foi um sniper de Israel que matou, isso é que não podemos dizer. O voto de pesar é um voto de pesar, morreu uma pessoa, o que o deputado do PSD disse está correto a 100%, é um voto de pesar, temos pena que tenha morrido uma jornalista e não devia ter acontecido, mas não podemos dizer que morreu uma jornalista e que quem matou foi um sniper de Israel, isso é que não podemos dizer, porque não há provas e sem provas não podemos dizer.

Presidente da Mesa – Disse palavras certas, palavras sábias, sem provas não podemos acusar.

Paulo Lopes (PS) – Só para introduzir aqui ou reforçar a ideia de que o Sr. Presidente há pouco aqui disse. Todos nós quando votamos, na esmagadora maioria das moções não concordamos, *ipsis verbis*, com tudo o que lá está escrito, mas tentamos pegar naquilo que é o conteúdo principal ou que desejamos valorizar para ganhar força política e que com o nosso voto e com aprovação dessas moções poder fazer passar uma imagem.

Como o Sr. Presidente disse, é verdade, infelizmente, todos os dias morrem pessoas em cenário de guerra, mas o assassinato de um jornalista é efetivamente um ataque à liberdade de imprensa, como é aqui dito neste voto de pesar e o Partido Socialista quer frisar isso, independentemente de onde vem este crime, sem liberdade de imprensa não há democracia, de certeza absoluta.

O Partido Socialista vai votar favoravelmente este voto de pesar, lamentando, naturalmente, a morte da pessoa em si que é sempre de lamentar, mas, acima de tudo, por ser uma jornalista e por entendermos que mesmo em cenários de guerra a liberdade de imprensa e a segurança dos jornalistas deve ser mantida, seja aqui ou seja na Ucrânia.

Quando há jornalistas a serem, também, mortos por russos e, se calhar, por ucranianos, não sabemos, mas, até ao momento, não houve ainda essa notícia, a única notícia que houve foi russos a dispararem sobre a imprensa estrangeira. Temos que ser coerentes e valorizar aquilo que queremos valorizar e iremos acompanhar este voto de pesar.

Vítor Rosa (BE) – Só tentar que haja aqui algum consenso em torno de uma questão de base, levantada pelo PSD relativamente à questão ou não de instrumentalização do voto de pesar. Ele terá que ser fundamentado, seja através do currículo da pessoa, seja o que for, mas também lembrar que há aqui recentemente, numa destas assembleias, e aí a riqueza da democracia a funcionar em pleno nesta casa, foi apresentado um voto de pesar sobre Marcelino da Mata, em que houve também diversas opiniões diferentes e o voto foi votado, em consciência, por cada uma das bancadas. Daí o senhor deputado Nuno Carvalho ter toda a legitimidade para colocar as questões, mas penso que, em termos do conteúdo deste voto de pesar, ele irá ser mantido na íntegra.

Estava ausente da Sala de Sessões o deputado Pedro Lamim do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovada por maioria e em minua, com 32 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 5 abstenções do PSD.

Nuno Carvalho (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Manifestamos todo o nosso pesar pela morte de qualquer ser humano, ainda para mais por aqueles que nas suas condições profissionais, como o caso dos jornalistas, naturalmente que correm riscos significativos para que também, através daquilo que é a sua profissão, possam ajudar a que a liberdade e a democracia possa viver através do seu trabalho e, por isso há que existir um especial cuidado...”*

Dizer que, naturalmente, esse aspeto é algo que está intrínseco àquilo que são os princípios do PSD, não só pela defesa da democracia, mas também pela defesa daquilo que são os direitos humanos, os direitos, liberdades e garantias que são fundamentais defender.

Naturalmente que o PSD, nessa mesma medida, considera que do mesmo modo que em vários outros cenários de guerra, que são estes que recentemente assistimos na invasão da Rússia à Ucrânia, onde se verifica, de facto, que mesmo com as imagens televisivas de valas comuns, não deixa de haver investigações para verificar o que é que são crimes de guerra e para saber que estamos a acusar as pessoas corretas e adequadas.

Qualquer acusação antes do tempo é sempre precipitada e fere sempre a justiça. Nesse mesmo aspeto, consideramos que ela a ser feita dentro do contexto de um voto de pesar, coloca uma carga que ainda que a democracia nos permita, não é minimamente condizente com aquilo que são os princípios que aqui acabámos de mencionar de direitos, liberdades, garantias e humanistas que defendem a vida humana e em particular de alguém como são os jornalistas que, pelo seu ato corajoso, tentam demonstrar o que se está a passar, tentam passar a informação e tentam fazer um contributo fundamental para a democracia.”

Vítor Rosa (BE) – Embora não conste no voto de pesar, propunha que a assembleia acordasse um minuto de silêncio.

Fez-se um minuto de silêncio.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 21/2022/AM – Proposta nº 01/2022/PS - Criação de uma Comissão Eventual de Fiscalização da Conduta da Câmara e dos Serviços Municipais no Acolhimento de Refugiados Ucrânianos em Setúbal

Paulo Lopes (PS) – Na última Assembleia Municipal extraordinária, no âmbito da discussão de duas moções, o Partido Socialista propôs que fosse realizada uma assembleia extraordinária com vista à apresentação de uma proposta para a criação de uma comissão eventual, no âmbito desta Assembleia Municipal, para a fiscalização da conduta da Câmara e dos serviços municipais no acolhimento de refugiados ucranianos em Setúbal.

Esse requerimento foi subscrito por todos os partidos da oposição, mas também a CDU na sua intervenção verbal disse que até estaria disponível para também subscrever esse requerimento, entretanto, o Partido Socialista fez chegar à Mesa uma proposta que agora é aí colocada à discussão e à votação.

Basicamente o que esta proposta pretende é que todas as perguntas, às quais ainda não obtivemos resposta por parte da Câmara e eventualmente de outros intervenientes em todo este processo, possam ver a luz do dia.

Perguntas como: *“Porque razão e sobre quem, sobre que decisão é que os dois elementos de origem russa ficaram com a responsabilidade de fazer a receção aos refugiados ucranianos? Porque razão é que não houve o bom senso, a sensibilidade de não inserir as associações de ucranianos, que se voluntariaram para fazer a parte da tradução neste processo? Porque razão é que não houve ou não havia durante todo este tempo um Encarregado da Proteção de Dados que agora, segundo as palavras do Sr. Presidente no início desta assembleia, percebermos que logo assim que soube nomeou, mas depois voltou a desnomear, porque não estava bem seguro do despacho que tinha feito?”*

Existem aqui muitas questões e a Assembleia Municipal é, de acordo com a lei, o local indicado, que tem a competência de fiscalizar e acompanhar a ação política da Câmara Municipal e entendemos que é aqui que todas estas questões devem ser colocadas e as quais devem ser também respondidas.

Esta proposta propõe que a comissão apresente um relatório à assembleia no espaço máximo de 60 dias, porque entendemos que este tema não pode continuar a ser discutido, porque devem haver conclusões o mais rápido possível e por isso fazemos o apelo para que as instituições que estão a fazer as investigações, o façam de forma célere.

Nós, Assembleia Municipal, temos também que estar disponíveis para fazer este trabalho o mais rápido possível e poder municiar os deputados municipais de informações para depois também poderem tomar as posições que entenderem.

Jerónimo Lopes (CDU) – Reafirmar desde já e repetindo as palavras do meu camarada João Afonso, na última Assembleia Municipal, desde logo a CDU manifestou a disponibilidade para que tal comissão eventual, no âmbito da Assembleia Municipal, fosse constituída, lamentando inclusivamente que os proponentes não tivessem solicitado também ou colocado à CDU a possibilidade da sua subscrição.

Não concordando em absoluto, naturalmente, com os fundamentos e até com alguns dos aspetos que o deputado Paulo Lopes aqui colocou, mas estamos de acordo com a constituição desta comissão eventual e com os seus trabalhos, nomeadamente, e já agora referia, porque não podemos deixar de referir que, desde a primeira hora, quer o executivo, quer particularmente o Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, não só se disponibilizou, como inclusivamente requereu a quem de direito que iniciasse todos os procedimentos necessários a uma investigação e ao apuramento do que é que se passou e de eventuais responsabilidades sobre essa matéria. Esse é um aspeto que, naturalmente, não podemos deixar de referir. Da mesma forma que em duas assembleias municipais que já tivemos, nas reuniões de câmara, por comunicados públicos, tanto quanto possível, principalmente depois da abertura das investigações, todos os esclarecimentos que têm sido e as respostas que o executivo e o Sr. Presidente se têm disponibilizado, inclusivamente aqui nesta Assembleia Municipal e que os pressupostos da proposta não o referem dessa forma, mas que não podemos deixar de colocar.

Também, de facto, os votos para que a comissão trabalhe e que possa proceder à audição e à avaliação de todos os intervenientes sobre esta matéria, alguns que estão mais especificados, outros que não estão tão especificados, mas que o texto não deixa de permitir e que ainda assim referiria que era importantíssimo que esta comissão nos seus trabalhos não deixe de ouvir o Instituto do Emprego e Formação Profissional, a Segurança Social, o Alto Comissariado para as Migrações e que procederá nesse sentido ao longo dos seus trabalhos.

É, também, um espaço para que possa ficar claro aquilo que ainda não ficou, porque a Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares ainda não veio a público retratar-se daquilo que disse, eventualmente ainda na sua condição de cabeça de lista do Partido Socialista à Assembleia Municipal de Setúbal, mais do que na sua condição de Ministra dos Assuntos Parlamentares, mas o que é facto é que as produziu neste âmbito e também os trabalhos desta comissão nos parece que serão um espaço para que possa também haver esse esclarecimento, ou mais, esse retratar de posições que, de facto, não abonam nem ao esclarecimento, nem ao apuramento daquilo que se passou.

Mas, como disse, naturalmente que estaríamos e manifestamo-nos disponíveis para subscrever e vamos naturalmente aprovar e participar nos trabalhos da comissão.

Nuno Carvalho (PSD) – Já ficou bastante expresso da parte do PSD que, o que o Partido Social Democrata apurou e considera que são os elementos factuais, até ao momento sobre esta matéria, são graves, mas esse foi o debate que já tivemos na Assembleia Municipal anterior e sobre o mesmo cada partido fez a sua valorização e a sua avaliação.

É evidente que há situações que ocorreram e que merecem ser devidamente esclarecidas e elas encaixam em duas dimensões. Uma dimensão, que é aquela que assistimos em todas as câmaras municipais pelo país fora e várias outras instituições numa ação voluntária para ajudar à receção de refugiados, numa quantidade que nunca antes foi visto em Portugal e que, naturalmente, também sobrecarregaram as próprias instituições que teriam essa responsabilidade, como o Instituto da Segurança Social, o IEFP, o Alto Comissariado para as Migrações, portanto, é atendível que existam situações que levem a que nem tudo corra bem.

Considera o Partido Social Democrata que a situação na Câmara Municipal de Setúbal correu especialmente mal, mas é fundamental perceber se, de facto, correu especialmente mal e todo o entendimento que temos é que parece ter havido uma reprodução daquilo que aconteceu na Câmara Municipal de Setúbal junto de outras entidades. Isso manifesta-se, naturalmente, grave, se eventualmente, as próprias entidades ao terem tido um comportamento semelhante, seja o IEFP, seja o Instituto de Segurança Social, seja o Alto Comissariado das Migrações, porque tudo o que indica é que tiveram. Parece-nos que essas instituições ao estarem silenciadas e serem as primeiras a ter essa responsabilidade, porque o acolhimento de refugiados decorre em primeira instância da Administração Central, o seu silêncio não é nem bom para o nome de Setúbal, nem é bom para o nome de Portugal. É fundamental que não só elas sejam chamadas para que se esclareça o que ocorreu, para que se evite que venham a ocorrer outra vez, mas, também, é fundamental que elas tenham essa disponibilidade e que não se procure vetar, por um lado, no Parlamento a voz do Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, como o Partido Socialista fez, que volto a referir e a sublinhar e quanto eu percebi, demonstrou-se disponível para ir ao Parlamento falar e foi única e simplesmente o Partido Socialista que, hoje propõe esta comissão aqui, que vetou essa mesma situação no Parlamento. Está no seu direito, tem a maioria absoluta, mas que também haja, pelo menos, a dignidade institucional para com a Câmara Municipal de Setúbal, das entidades que têm responsabilidade sobre esta matéria, como o Alto Comissariado para as Migrações, o IEFP, o Instituto da Segurança Social e outras que a comissão venha a entender como necessárias para que possam responder àquilo que são as questões que a comissão queira colocar. Porque é impossível dizer que isto se restringe a uma matéria que é da Câmara Municipal de Setúbal, uma vez que na prática não têm essa competência. Foi um ato voluntário que correu mal, mas atenção, foi um ato voluntário que correu mal em Setúbal e tudo o que indica é que correu mal nas instituições que tinham a primeira linha de responsabilidade e que até agora estão em silêncio e que esperemos é que não haja atitudes para tentar silenciá-las como aconteceu no Parlamento.

Paulo Lopes (PS) – Esta comissão, no âmbito da Assembleia Municipal, é clara, Comissão Eventual de Fiscalização da Conduta da Câmara e dos Serviços Municipais no Acolhimento de Refugiados Ucrrianos em Setúbal. O senhor deputado municipal, Nuno Carvalho, esqueceu-se de mudar o chip e agora parece que está na condição de deputado da Assembleia da República. Esta comissão não vai inquirir o Governo, isso é na Assembleia da República, o senhor deputado já teve oportunidade inclusivamente de questionar diretamente em sede de comissão a Sra. Ministra, acho que questionou mesmo ou teve oportunidade de questionar a Sra. Ministra, o Alto Comissariado, enfim, várias entidades que a nível nacional aqui indicou e nomeou.

Não vai transformar esta comissão, de âmbito municipal, numa outra coisa que queira que seja, que é um escrutínio ao Governo, isso é na Assembleia da República se entenderem fazer. Nesta comissão o que queremos, e que está bem claro na proposta, é o que a legislação dá a esta Assembleia Municipal que são competências para o fazer, que é o acompanhamento e a fiscalização da ação política do executivo. Não é do Governo, nem é de outras instituições, que fique bem claro qual é a proposta e ao que vamos. A proposta é clara e que não venham aqui, depois da comissão ter sido criada, dizer que o PS, como já aqui disseram, que pode fazer uma tentativa de silenciar. Não, não! As competências desta Assembleia Municipal e as razões que levam à criação desta proposta são claras.

Nuno Carvalho (PSD) – Vou sublinhar outra vez o mesmo, é que o argumento para não ouvir órgãos municipais no Parlamento foi por serem temas que diziam respeito à autarquia e há entidades do Governo em cujos os seus temas e competências dizem respeito à autarquia. Em tudo o que o Alto Comissário das Migrações, que já falou várias vezes com o Presidente da Câmara Municipal, tal como a própria Ministra Ana Catarina Mendes disse, em tudo o que o IEFP que participou num grupo de trabalho com a Câmara Municipal, tem competência e deve ser ouvido, eventualmente o Instituto de Segurança Social, porque tem, como sabemos, uma matéria de competência no enquadramento de refugiados e em tudo aquilo que está relacionado com a Câmara Municipal de Setúbal, até para respeitar o argumento do Partido Socialista no Parlamento, que deveremos ouvir essas entidades, se elas tiverem essa disponibilidade. A não ser que o senhor deputado Paulo Lopes esteja já a anunciar que não têm, de certeza que não, ainda não chegámos ao ponto em que o Partido Socialista é a voz do Governo, o Governo tem uma voz própria nos seus locais próprios.

Voltando aquilo que interessa, que é para não entrarmos em preconceitos, porque não estamos a avaliar dirigentes socialistas, apesar de serem eles a estarem à frente dessas instituições, estamos a avaliar as instituições do Governo e elas têm uma interação com a Câmara Municipal de Setúbal, há que responder e esclarecer e esse esclarecimento é no que diz respeito à Câmara Municipal de Setúbal e à sua competência local e é respeitar exatamente o mesmo argumento que, curiosamente, foi atribuído no Parlamento. Acho que é importante percebermos o âmbito de atuação e não termos receio de descobrir as coisas.

Vanessa Silva (CDU) – Como o meu camarada Jerónimo Lopes, já referiu há pouco, não estamos de acordo com os pressupostos que estão enunciados nos considerandos desta proposta, estamos de acordo com aquilo que é o ponto deliberativo, fiscalizar a conduta da Câmara e dos serviços municipais no processo de acolhimento de refugiados ucrrianos em Setúbal, porque queremos que a verdade fique clara para todos.

Aqui ouvimos o PS a tentar branquear as responsabilidades que a Administração Central tem no processo de acolhimento de refugiados, no fundo é ilibar o Governo da responsabilidade que tem da política nacional de refugiados, nomeadamente os serviços que são da Administração Pública Central que têm competências atribuídas nesta matéria, que também são responsáveis pela elaboração de formulários que têm de ser respondidos aquando do processo de refugiados. Ouvimos aqui dizer que os dois senhores de nacionalidade russa eram responsáveis do processo de acolhimento de refugiados, quando já aqui cabalmente foi informado que não, aliás, há uma estrutura orgânica da Câmara Municipal, que aqui todos não só conhecem como até aprovaram, a qual tem responsabilidades nesta matéria e com tudo o que é uma estrutura vertical na Administração Local. Ouvimos aqui dizer já um conjunto de coisas que, de facto, não só não acompanhamos, como até entendemos que já foram esclarecidas aqui pelo Sr. Presidente da Câmara.

O que aqui queremos dizer, é que se aprove esta comissão, que os seus trabalhos corram proficuamente, mas que se ouça todas as entidades que têm de ser ouvidas para que cabalmente não seja possível, a seguir, cada um dizer aquilo que entende sobre a matéria e repetir coisas que considera, às vezes, com base em informações que não detém e repetir, repetir e repetir, ao ponto de termos, inclusive, um membro do Governo que é a Ministra Adjunta dos Assuntos Parlamentares a repetir algo que também precisava de provar em sede própria, mas nós somos a Assembleia Municipal de Setúbal e o bom nome do município que servimos também é posto em causa neste exercício

Vítor Rosa (BE) – É óbvio que acompanharemos esta deliberação da criação desta comissão, pensamos que vamos ter aqui um trabalho, não digo hercúleo, mas que exigirá uma boa capacidade de resposta dos deputados presentes nesta comissão, tendo um prazo de 60 dias e tendo toda esta matéria para analisar e discutir.

Só para nota final, acho curiosa esta posição do PS, porque temos uma comissão eventual que é sobre a Comenda, em que estivemos a ouvir as Infraestruturas de Portugal, pedimos ao ICNF para responder, pedimos à APA para responder, pedimos a um conjunto de outras entidades envolvidas em toda esta matéria da Herdade da Comenda e que mereceu todo o acordo do PS relativamente à chamada dessas entidades aqui.

Paula Soeiro (PSD) – Gostaríamos de uma clarificação sobre a intervenção do deputado Paulo Lopes, porque nesta última intervenção, pareceu-nos que poderia estar a limitar os organismos e institutos a serem ouvidos e na presente proposta diz explicitamente, entre outros, que a Comissão Eventual entenda como relevantes. Só poderá ter-se tratado de um lapso, mas gostaria de ouvir a clarificação por parte do deputado Paulo Lopes.

Presidente da Mesa – O senhor deputado Paulo Lopes tem a intervenção pedida, mas preciso de fazer um ponto de ordem na discussão, porque é a primeira vez que estamos a aprovar uma comissão eventual nestas circunstâncias, não temos regulamentação suficientemente densificada, é preciso criar normativo para isto, e queria aproveitar a intervenção do senhor deputado Paulo Lopes para aclarar aqui algumas situações.

Pareceu-me entender na sua intervenção algo diferente do que está escrito na parte deliberativa. Na parte deliberativa, deixe-me chamar a atenção, no ponto nº 1, diz: “A criação, nos termos do art.º 52º do Regimento, (...) com os fundamentos supramencionados, e sem prejuízo de outros que venham a ser definidos pela Assembleia, pela Comissão Permanente ou pela própria Comissão Eventual...”. Isto pressupõe que a Comissão Permanente reúna para limitar o âmbito e os fundamentos?

Depois na alínea ii), diz “Realizar audições a diversos elementos dos serviços camarários envolvidos (...), bem como ao Presidente da Câmara Municipal, ao vereador (...), ao novo encarregado geral de proteção de dados, dirigentes da EDVINSTO, entre outros que a Comissão Eventual entenda relevantes...”. Estes elementos, não são outros que tenham alguma participação ou relação com o processo?

Terminando, na alínea iii), volta a referir isto, “Dotar a Assembleia Municipal de conhecimento detalhado e circunstanciado de todo o processo...”. Todo o processo é o processo que tem entidades internas, ação interna e correspondência com entidades externas, naturalmente. “... que lhe permita fazer uma avaliação rigorosa dos factos e da ação e atividade dos seus diversos intervenientes...”. Julgo que o que está escrito levou ao entendimento claro de que em relação ao que se passou dentro da Câmara há que apurar aquilo que foram os factos que ocorreram na realidade, mas também a sua relação com as entidades externas que, aliás, têm ocupado o palco mediático há muitas semanas. Não se consegue conhecer tudo, se fizermos bolha dentro dos funcionários da Câmara. Era este esclarecimento que lhe pedia. Entende que é o que está escrito ou é aquilo que o senhor deputado disse há pouco, que devemos fazer uma fronteira sanitária, talvez sanitária, ou menos sanitária dentro dela? Agradeço, então, o seu esclarecimento.

Paulo Lopes (PS) – Muito bem! Penso que estamos a falar da mesma coisa, mas não estamos a falar daquilo que o PSD estava a dizer há pouco e, por isso, eu intervim dizendo que esta comissão não irá avaliar o Governo, porque não compete à Assembleia Municipal fazer o acompanhamento e a fiscalização da ação do Governo sobre esta matéria. Era isso que o deputado municipal, Dr. Nuno Carvalho, estava a querer fazer. Aquilo que entendo é que esta comissão, tal como está escrito e como acabou de dizer, deve ouvir todos os intervenientes para fazer a avaliação e a monitorização do que se passou em relação à ação da Câmara, é isto que quero dizer. Se tem que chamar o IEFP, ACM, para ver o que foi a ação da Câmara, nada a opor.

Já agora queria retificar algo que parece mal, deve ter sido por lapso, que o Dr. Nuno Carvalho falou há pouco sobre os dirigentes socialistas das várias instituições, não conheço nenhum. Não, não são. O IEFP é dirigido em Setúbal por um dirigente socialista? Não! Não, Dr. Nuno Costa, as coisas têm que ser ditas. O dirigente da Segurança Social é um dirigente socialista? O dirigente dos centros do ACES Arrábida é um dirigente socialista? O dirigente da APSS é um dirigente socialista? Vamos ser sérios e, também, honestos e íntegros na discussão, é que não há nenhum. Se calhar ainda há algum do tempo do PSD, do PS não há nenhum, portanto, as coisas também têm que ser ditas de forma clara, porque isto em *passant* dá ideia de que os dirigentes socialistas estão nas instituições, não estão, não estão. Quero deixar isto bem claro.

Para terminar, dizer que sobre esta comissão não temos dúvidas, nem queremos ficar na bolha, como o Sr. Presidente da Mesa disse, agora, também, não vamos fazer aquilo, vamos resistir à tentação de fazer a avaliação do Governo. Não compete à Assembleia Municipal, como penso que concordará comigo. Não, não compete à Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal avalia a ação, não é uma competência que esteja na lei, a não ser que vocês queiram fazer uma moção sobre o que quiser e podem fazer, não é, é a avaliação dentro do âmbito desta Comissão Eventual. Espero ter esclarecido de forma clara.

Presidente da Mesa – Muito obrigado, entendi melhor.

Nuno Carvalho (PSD) – Apenas dizer que, de facto, aí estamos em sintonia com o Partido Socialista, é uma comissão que é para descobrir a verdade e nessa mesma medida é evidente que queremos descobrir a verdade. Até porque temos uma vantagem neste aspeto, há dirigentes que são do distrito, conhecem bem a realidade do distrito como a Dra. Catarina Marcelino que é a Presidente do Instituto de Segurança Social, é uma pessoa do distrito e creio que conhece bem o distrito. A Ana Catarina Mendes que tem a tutela do Alto Comissariado das Migrações, que foi cabeça de lista da Assembleia Municipal pelo distrito Setúbal, e conhece muito bem a realidade do distrito e é uma grande vantagem para podermos apurar toda a verdade sobre as diferentes pessoas envolvidas. Há bocado, quando falei em dirigentes, sim, é óbvio que há um histórico de dirigentes e isso não faz deles automaticamente culpados, agora não podem é ser impedimento para descobrir a verdade, como é óbvio.

Presidente da Mesa – Antes de passar à votação, deixem-me fazer mais uma advertência. Senhores deputados, temos uma circunstância excepcional, é a primeira e espero que seja a última, em que vamos viver momentos em que se cruza uma inspeção administrativa, com uma investigação policial e com uma comissão de inquérito interna. Não de compreender que uma Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, o próprio regimento depois chama-lhe inquérito mais à frente, deve-se referir a outra qualquer, de qualquer forma o que interessa é que esta comissão vai pretender apurar os factos concretos sobre o que aconteceu, não o que se diz que aconteceu. E para chegar ao que aconteceu e não ao que se diz que aconteceu, é preciso tocar os vários responsáveis pelas atividades na qual se podia enquadrar esta ação. Esta assembleia terá que procurar, como primeira experiência e antes de votar, estabelecer aqui um entendimento quanto ao modo de arrancar a comissão. Devíamos reunir a Comissão Permanente primeiro, ver se deixamos só no âmbito da Comissão Eventual a definição do seu próprio regimento, as suas regras de funcionamento ou se debatemos no âmbito da Comissão Permanente e ajudamos a comissão a funcionar, enquanto se nomeiam os representantes de cada grupo municipal e já teríamos algumas regras para podermos sugerir à comissão que aprove as suas normas de funcionamento. Não é preciso um regimento muito complexo, mas algumas normas que poderão esclarecer, nomeadamente, o limite deste âmbito institucional, que é o que está a preocupar o senhor deputado Paulo Lopes.

Tal como no Município de Setúbal, gostaríamos de não ter sido julgados por factos que ainda não estão provados. É exatamente essa a questão que está a ser colocada pelo senhor deputado Paulo Lopes, que também não quer que o Governo seja julgado por factos que ainda não estão apurados. Tem razão nisso, também nós temos e é fácil encontrarmos.... “Não vamos julgar o Governo, não queremos avaliar o Governo”, disse o senhor deputado. Não queremos avaliar o Governo, não temos, nem queremos! Ó senhor deputado, não temos, nem queremos, temos é que apurar fatos, tenham a relação com quem tiver.

Reunimos a Comissão Permanente, discutimos como é que se deve organizar ou sugerimos, porque a comissão depois de constituída tem a sua autonomia, desde que respeite a lei e o regimento, tem a sua autonomia para definir as suas regras, mas então pedimos a nomeação dos representantes para a constituição da comissão, enquanto eles chegam, na próxima semana reunimos já a Comissão Permanente para ver o enquadramento que vamos sugerir à forma de funcionamento da Comissão Eventual, certo?

Paulo Lopes (PS) – Senhor Presidente, para concordar e dizer que a própria proposta remete, no ponto número um, exatamente para Comissão Permanente introduzir aqui alguns dados, nomeadamente, como é que se processa, visto ser a primeira vez que vai ser feito algo dentro destes moldes.

Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Não vou entrar nesta questão que está aqui a ser debatida, mas queria, ainda assim, deixar aqui um desejo para o ar, nem tem a ver aqui com a Assembleia Municipal, mas tem a ver com o seguinte, muitas vezes ficamos a meio caminho naquilo que está escrito sobre o que se vai passando aqui na nossa praça e fica aqui este desejo. Não vi escrito, por exemplo, que as averiguações que estão a ser levadas a cabo agora, foram pedidas pela Câmara Municipal, nunca vi isso escrito. Nunca vi escrito, também, relativamente ao requerimento que foi apresentado pelo Partido Socialista e que foi dito aqui pelo senhor deputado Paulo Lopes, que a CDU gostaria até que lhes fosse colocado a hipótese de poder subscrever, isso também não foi dito, foi dito em muitos lados, na comunicação social, não estou a dizer pelo Partido Socialista, aliás, estou a dizer que o Partido Socialista referiu que nós dissemos isso na última Assembleia Municipal, acabei de dizer. Não é para o Partido Socialista, tenham lá calma. Estou a dizer que vocês corroboraram aquilo que eu estou a dizer e o que estou a dizer é que deixo aqui um desejo que se escreva tudo sobre o que se vai passando nessas assembleias municipais, não é o Partido Socialista. Fica aqui o desejo de que não se fique no meio caminho, porque também não vi isso escrito, mas vi escrito em muitos jornais e órgãos de comunicação social a dizer que toda a oposição quer uma comissão. Não! A CDU também queria, se lhe fosse dada essa oportunidade e também se podia ter escrito isso.

Fica aqui o desejo, também, sobre esta Assembleia Municipal não se ficar a meio caminho, de se dizer que a CDU está de acordo com esta comissão e que se pudesse teria também subscrito. É um desejo que fica, não tem a ver com o Partido Socialista naturalmente.

Afonso Luz (CDU) – Só para referir que o Sr. Presidente acabou de enunciar aí uma determinada metodologia para o funcionamento desta comissão, que não entendemos muito bem. Já foram aqui criadas outras comissões eventuais e não foi necessário estar a fazer nenhum regimento próprio para esse efeito e entendemos que esta comissão deve funcionar exatamente como está no regimento e como funcionam as outras comissões de trabalho, que são permanentes da Assembleia. Cada partido indicará o seu representante ou os seus representantes e julgo que não será necessário estar-se a criar uma nova metodologia para o funcionamento desta comissão.

Presidente da Mesa – Lembro que faz parte do conteúdo da parte deliberativa desta proposta, que é chamada à liça a Comissão Permanente, está cá citada e fiz o enquadramento da questão, e disse porquê, porque está a decorrer uma inspeção administrativa e isso, naturalmente, merecerá alguma ponderação mais cuidada. Nesse sentido é que coloquei a hipótese da Comissão Permanente, mas não será imposta pela Mesa, nem pelo Presidente da Assembleia, se for consensualizada pelos líderes dos grupos municipais, far-se-á, se não for, não se faz, não há problema com isso. Julgo que estaremos entendidos.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e uma horas e vinte e cinco minutos do dia vinte de maio, de dois mil e vinte e dois.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de trinta de setembro de dois mil e vinte e dois, contém vinte e seis folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.